

EXTRACÇÃO DE OURO NO NIASSA

Problemas ambientais forçam retirada de licença

CARLOS TEMBE

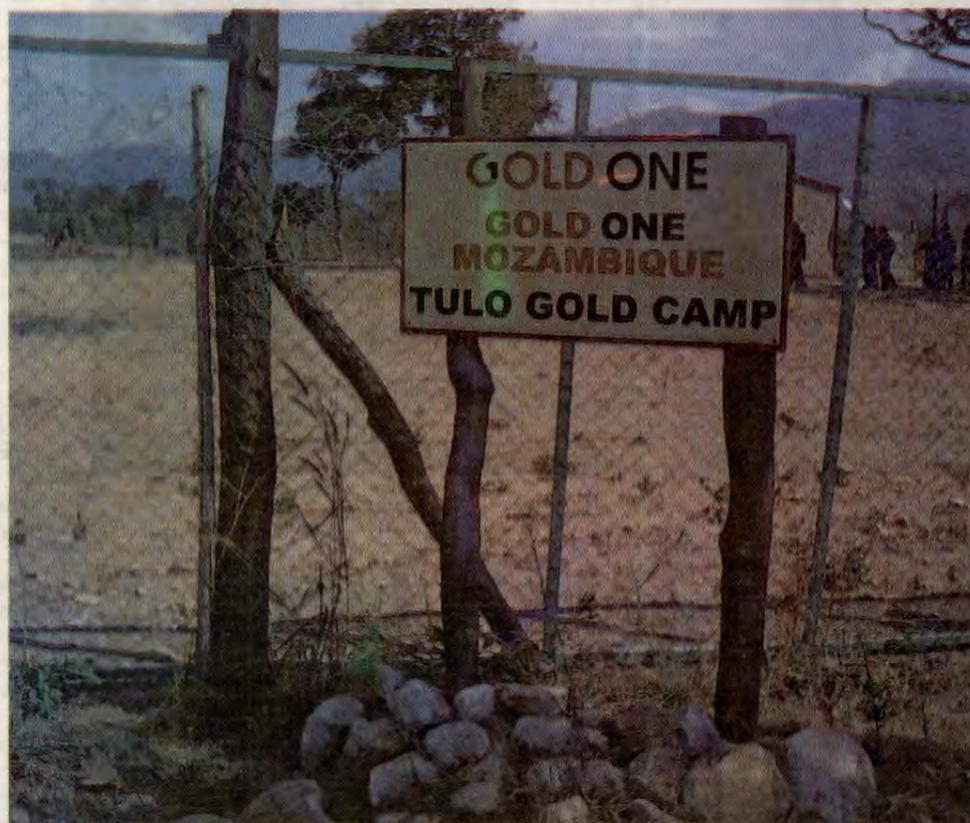
O GOVERNO vai cancelar a licença de prospecção e pesquisa da mineradora Gold One, sucursal da empresa de capitais australianos que extrai ouro na localidade de Lupilichi, distrito de Sanga, no Niassa.

Para tomada da decisão, foi considerada a proposta do executivo do Niassa nesse sentido, em razão daquela firma encontrar-se a fazer prospecção e pesquisa há mais de 12 anos, violando a lei de minas em vigor.

Precipita ainda aquela decisão, o facto de a referida mineradora recorrer no processo de extracção de ouro no âmbito da pesquisa e prospecção inimigas do ambiente, o que concorre para a poluição das águas do rio Rovuma, estando, neste momento, a causar impactos negativos à biodiversidade em redor e interior daquela bacia hidrográfica, que separa Moçambique da República da Tanzânia.

A prospecção e pesquisa, segundo a lei de minas, pode durar entre cinco a dez anos no máximo. Este período serve para realização de trabalhos burocráticos, estudos técnicos, nomeadamente, aerofísicos, magnéticos entre outros, abertura de furos de sondagem, determinação das reservas que inclui a qualidade do minério a ser explorado. Não existe um período extraordinário conforme a lei.

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que



A empresa que viu cancelada sua licença de pesquisa de ouro em Niassa

recentemente concluiu uma visita de trabalho de cerca de quatro dias à província do Niassa para verificar o grau de cumprimento do programa económico e social para o corrente ano, disse que a proposta do executivo de Arlindo Chilundo, de solicitar o cancelamento da licença, está coberta de legalidade, mas peca por ter sido feita tardiamente.

Explicou que a extracção dos recursos minerais no país deve servir para promover a prosperidade das populações locais, sendo que as autoridades locais devem estar sempre

atentas no sentido de controlar possíveis focos de conflitos, envolvendo cidadãos estrangeiros que violam as fronteiras para roubar as riquezas de Moçambique.

Na sua óptica, o mais grave é que além de roubar as riquezas do nosso país, promovem problemas ambientais difíceis de gerir por acarretar investimentos avultados nesse sentido. “Por exemplo, a população que vive nas margens do rio Rovuma não pode usufruir de água daquela bacia hidrográfica, para satisfazer as suas necessidades básicas, porque está

com altos níveis de poluição. Trata-se de um fenómeno que resulta do uso de produtos químicos no processo de extracção de ouro em Lupilichi, por parte de empresas e garimpeiros ilegais, que não respeitam os princípios recomendados para o exercício da actividade mineira” - lamentou do Rosário.

Na região de Lupilichi, operam garimpeiros individuais e associados de senhas mineiras, mas na sua maioria não respeitam os padrões internacionalmente concebidos para prevenir a poluição ambiental.